

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO
CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA**

**HELOISA GREIM CITRA
JÚLIA CATONI
LUIS GUILHERME SILVA DE OLIVEIRA
REBECA GONÇALVES DA SILVA
SCHAYANÉ LUIZ LISBOA
VINICIUS EMANUEL MATOS**

Acessibilidade para pessoas com nanismo

HELOISA GREIM CITRA
JÚLIA CATONI
LUIS GUILHERME SILVA DE OLIVEIRA
REBECA GONÇALVES DA SILVA
SCHAYANE LUIZ LISBOA
VINICIUS EMANUEL MATOS

Acessibilidade de pessoas com nanismo

Projeto de pesquisa desenvolvido no Programa Conectando Saberes do Curso Técnico em Química do Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Jaraguá do Sul – Centro, como requisito de integração entre as unidades curriculares e como eixo condutor à pesquisa.

Orientador: Jean R. Z. Houllou

Jaraguá do Sul
2025.2

SUMÁRIO

1 TEMA.....	3
2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	3
3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	3
4 HIPÓTESES.....	3
5 OBJETIVOS.....	4
5.1 OBJETIVO GERAL.....	4
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	4
6 JUSTIFICATIVA.....	4
7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA / REVISÃO DE LITERATURA.....	5
7.1 NANISMO E PRECONCEITO.....	5
7.2 NORMAS QUE REGULAM A ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NANISMO.....	6
7.3 CONDIÇÃO PSICOSSOCIAL DAS PESSOAS COM NANISMO.....	8
7.4 AS DIFICULDADES EM CRIAR PROJETOS PARA INDIVÍDUOS COM NANISMO.....	9
8 METODOLOGIA.....	10
9 CRONOGRAMA.....	12
REFERÊNCIAS.....	14
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....	16

1 TEMA

Acessibilidade de pessoas com nanismo.

2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

As percepções das pessoas com nanismo sobre a acessibilidade em lugares públicos de Santa Catarina.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

No Brasil, a partir do Decreto-lei 3.298/99, o nanismo é classificado como deficiência física, no entanto pessoas com nanismo (PCN) “deve ter assegurado o direito à mobilidade, acessibilidade e ergonomia em espaços públicos”(Parisi; Matos e Silva; Oliveira e Araújo, 2021, p.1), esses são direitos que afetam diretamente a qualidade de vida dessas pessoas, por isso é de extrema importância verificar se o estado está cumprindo a lei, e garantindo assim, a inclusão dessas pessoas em todos os lugares na sociedade.

Diante disso, queremos saber, quais são as percepções das pessoas com nanismo em Santa Catarina, acerca das condições de acessibilidade que o estado oferece?

4 HIPÓTESES

- Existe uma legislação estadual sobre acessibilidade para pessoas com nanismo, porém alguns municípios não a cumprem.
- A percepção geral das pessoas com nanismo é que a infraestrutura de acessibilidade não atende às suas necessidades em lugares públicos.
- A falta de acessibilidade nos lugares priva as pessoas com nanismo de sair tranquilamente sem precisar de ajuda e sentirem-se acolhidas no ambiente sem preocupações externas.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as percepções das pessoas com nanismo em Santa Catarina acerca das condições de acessibilidade que o estado oferece.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Elencar pessoas com nanismo em Santa Catarina disposta a conceder entrevistas sobre a acessibilidade na cidade.

Realizar questionários e entrevistas sobre acessibilidade com as pessoas elencadas.

Tabular o resultado dos questionários aplicados.

Analisar o teor das perguntas abertas com relação a percepção sobre a acessibilidade.

6 JUSTIFICATIVA

O tema foi escolhido pois é um assunto com pouca visibilidade, mas de grande importância para a qualidade de vida de pessoas com nanismo. É necessário constatar quais são as condições de acessibilidade em lugares públicos no cotidiano dessas pessoas. A desinformação deste tema é extremamente visível, já que inúmeras pessoas não reconhecem os obstáculos que as pessoas com essa deficiência sofrem em seu cotidiano, ou até mesmo desconhecem o número de pessoas dentro desse grupo. Segundo Rocha (2025), o Brasil tem cerca de 14,4 milhões de pessoas com deficiência, mas há ausência de dados precisos sobre pessoas com nanismo, o que mostra a falta de relevância que o tema tem até mesmo para as Edições do Censo que ignoram o grupo a cada ano que passa.

É visível que a qualidade de vida de pessoas com nanismo é geralmente ignorada e tratada com pouca importância. Essas pessoas têm dificuldades em realizar simples tarefas em seu cotidiano, como usar o banheiro, abrir uma porta ou até mesmo sentar em uma cadeira ou banco. A maioria das estruturas em cidades dentro de Santa Catarina não são adequadas a esses grupos e, além disso, é um tópico menosprezado pela sociedade, não tendo a relevância necessária.

Karine Siqueira da Silva, vice presidente da Annabra entrevistada pelo grupo, afirma que:

Temos muita legislação mencionando sobre acessibilidade, a exemplo da LBI. Porém, a maior parte do debate sobre acessibilidade foca em rampas, elevadores e sinalização tátil para pessoas com deficiência física e visual. No entanto, o nanismo apresenta desafios de acessibilidade distintos, e ignorados, relacionados à altura e proporções do ambiente construído.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA / REVISÃO DE LITERATURA

7.1 NANISMO E PRECONCEITO

O nanismo se caracteriza por uma deficiência no crescimento. As pessoas com nanismo são representadas por ter a estatura abaixo da média da população, se comparada com a idade e sexo. Se descrito em medidas, isso corresponde a um percentual inferior a três na curva de crescimento estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ou menor que dois desvios-padrões da altura média prevista pela idade e sexo. (Bruna, 2017).

Segundo o Tratado de Pediatria Nelson, obra de referência produzida pela Sociedade Brasileira de Pediatria, a altura dos homens que têm nanismo não ultrapassa 1,45 metro e a das mulheres é menor do que 1,40 metro.

Conforme Bruna (2017) e Faria, Lima e Mariani (2020) atualmente existem pelo menos 400 tipos de nanismo, sendo base dois tipos. O primeiro é o nanismo proporcional (hipofisário ou pituitário), ele é caracterizado pelo crescimento dos membros e órgãos de forma harmônica e igual. Isso acontece devido a deficiência

na produção do hormônio de crescimento. O segundo tipo de nanismo é o nanismo desproporcional (rizomélico), se expressa como resultante das mutações genéticas, que impedem o crescimento normal dos ossos longos (fêmur e úmero, especificamente).

As pessoas que têm deficiência sofrem uma grande pressão da sociedade, não só na acessibilidade, mas também por estar fora dos padrões. O preconceito acontece desde sempre, na renascença, por exemplo, as pessoas com nanismo eram consideradas animais aprisionados. Até nos dias atuais, ainda existe esse tipo de “repulsão” sobre as pessoas com nanismo. (Faria; Lima; Mariani, 2020).

Esse tipo de preconceito pode causar a falta de motivação e bloqueio emocional nas pessoas com nanismo, justamente por serem frequentemente alvos de julgamento e serem tratadas de forma desrespeitosa, muitas vezes deixando de sair de casa para evitar esse tipo de situação discriminatória. (Faria; Lima; Mariani, 2020).

7.2 NORMAS QUE REGULAM A ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NANISMO

Segundo Parisi, Matos e Silva, Oliveira e Araújo (2021, p. 4)

Na legislação federal brasileira há normativos instituídos especificamente para garantir os direitos às pessoas com deficiências, A partir da exposição de algumas dessas leis será possível explicitar se o indivíduo com nanismo está sendo atendido em suas necessidades como os demais cidadãos.

Por muito tempo as pessoas com nanismo viveram sem terem quase nenhum direito, foi só no ano de 1989 através da lei nº 7853, onde diz que o estado deveria assumir seus deveres em relação a pessoas com deficiência, mas foi só em 1999 que o estado brasileiro incluiu as pessoas com nanismo na lei de nº 7853

No artigo 4º inciso 3 e 58, parágrafos 1º.2º, e 3º da lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei 9.394/1996) regula que o estado tem o dever de garantir a educação especializada para pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

Por meio do artigo 34 da LBI (Lei brasileira de inclusão) garante às pessoas com deficiência o direito de trabalho e de sua livre escolha e aceitação, para que

isso aconteça as empresas e instituições públicas e privadas do Brasil são obrigadas a garantir um espaço de trabalho acessível e inclusivo, e que as pessoas com deficiência tem que ter os mesmos direitos que os outros funcionários, abrangendo, o salário ,o acesso a cursos, treinamentos, planos de carreira, promoções, incentivos financeiro, etc... , também o 1º parágrafo do decreto nº9.508/2018 está descrito que é garantido que as pessoas com deficiência tem o direito de se inscrever e concorrer a cargos públicos , além de 5% das vagas , outro direito de trabalho está descrito no artigo 8º inciso 2 da Lei nº 7.853/1989 diz que não de pode impedir a inscrição em concurso , assim com o seu acesso a qualquer cargo ou emprego público como diz Brasil (2021, p. 20):

As autoridades competentes adotem medidas para proporcionar e avaliar os serviços de orientação e formação profissional, a fim de que as pessoas com deficiência possam obter e conservar um emprego e progredir em sua vida profissional.

Além disso a LBI assegura o direito do transporte público isso se deve através do artigo 47 , que diz que estacionamentos públicos devem ter pelo menos 2% da vagas reservadas para pessoas com deficiência, onde essas vagas tem que serem sinalizadas e próximas aos acessos de sinalização , para carros que possuem a credencial beneficiária, que diz que o carro transportava um pessoa com deficiência.

No ano de 2000 através da lei nº10.098, foi estabelecido normas que regulamentam os espaços públicos, transporte público,vias públicas , etc... ; Além de trazer a promoção para as pessoas com nanismo usufruir do atendimento prioritário e preferencial, também espaços reservados em teatros, cinemas, auditórios, entre outros lugares públicos e privados

Também no ano de 2017 houve a aprovação da lei de nº13.472 que estabelece o dia 25 de outubro como o Dia nacional de combate ao preconceito contra pessoas com nanismo que visava conscientizar a sociedade sobre esse tema tão importante, mas pouco discutido.

7.3 CONDIÇÃO PSICOSSOCIAL DAS PESSOAS COM NANISMO

As pessoas com nanismo vivem uma condição psicossocial marcada por um preconceito que são colocados sobre elas desde muito cedo. As pessoas em geral, quando se deparam com alguém de baixa estatura, geralmente olham primeiro para a diferença física, antes mesmo de enxergar a pessoa como um outro sujeito que possui sentimentos, inteligência e muito mais. E isso chama atenção de uma forma negativa como: risadas, atitudes e comentários maldosos são comuns, e isso gera experiências de humilhação e de desrespeito. Com o passar do tempo, essas situações repetidas influenciam na autoestima e a confiança dessas pessoas, intensificando cada vez mais pensamentos negativos e que muitas vezes precisam conviver com a sensação de não serem reconhecidas pelo o que realmente são. (LIMA, 2019)

Na história, as pessoas com nanismo sempre foram vistas de maneira estereotipada e até desumanizada. Durante séculos, em diferentes culturas, elas eram representadas como uma figura de entretenimento, muitas vezes associadas à papéis de “bobo da corte”, artistas de circo ou personagens de conto de fadas. De acordo com Bodgan (1988 *apud* Lima, 2019, p. 22), no século XX existiam os “freak shows”, onde eram apresentadas pessoas com diferenças físicas como atrações de entretenimento. Esse passado contribuiu para que fortalecesse o estereótipo do corpo da pessoa com nanismo como algo “exótico” ou “anormal”. Mesmo com o passar dos anos, essas representações continuaram sendo intensificadas por formas modernas de exposição à ridicularização, praticando o mesmo preconceito, porém de uma maneira “disfarçada” por meio da mídia e até na cultura popular, fazendo com que o preconceito se mantenha presente até a sociedade atual.

Do mesmo modo, o sociólogo Erving Goffman (2012 *apud* Lima, 2019, p. 30) afirma que o estigma é um tipo de rótulo social que reduz uma pessoa a uma característica considerada diferente, fazendo com que ela se sinta julgada e excluída. No caso das pessoas com nanismo, o estigma ligado ao corpo gera situações de humilhação e desrespeito que se repetem na vida social e até no ambiente profissional. Esse tipo de vivência afeta o desenvolvimento pessoal e cria

barreiras emocionais que dificultam o reconhecimento de suas habilidades e competências.

7.4 AS DIFICULDADES EM CRIAR PROJETOS PARA INDIVÍDUOS COM NANISMO

A acessibilidade é um direito de todos, mas ainda há desafios na elaboração de projetos que a garantam. A acessibilidade “abrange não somente a definição de layout e configuração da infraestrutura, mas também se baseia em pesquisas sobre o comportamento humano, condições físicas e cognitivas do usuário e análise da tarefa” (Tavares; Cardoso; Santos; Sampaio, 2016, p. 2).

Assim, ao elaborar um ambiente acessível público, deve se ter em mente que existem as mais variadas necessidades para atender diferentes indivíduos que vão utilizar o ambiente, respeitando cada limitação de cada usuário.

Um exemplo que demonstra essa dificuldade de elaborar projetos acessíveis, é uma pesquisa levantada pela professora e doutora Greyce Yane Honorato Sampaio, cujo objetivo central é elaborar um banheiro que possa trazer segurança e conforto ao usuário, podendo atender não somente as limitações físicas do usuário mas também a oportunidade de tomada de decisão sozinho, sem depender da ajuda de terceiros. Os autores ressaltam (Tavares; Cardoso; Santos; Sampaio, 2016, p. 2;12):

Um ambiente pode influenciar no exercício de cidadania das pessoas, uma vez que gozar da liberdade de se movimentar e locomover-se para onde quiser é uma maneira de atender às diversas necessidades básicas do ser humano, como o acesso ao lazer, à cultura, a saúde, a educação etc. [...] Independentemente de sua condição física ou cognitiva o homem é um ser dinâmico, logo projetar ambientes ou produtos adotando apenas medidas antropométricas não garante o sucesso do projeto quanto ao correto uso do espaço e dos elementos que o compõem. Mais uma vez é reforçada a teoria de que aplicar ergonomia em um projeto, seja ele qual for, não deve basear-se apenas na utilização de medidas estáticas, normas técnicas ou checklists.

Assim podemos concluir que estabelecer um ambiente acessível a todos vai muito além de aspectos físicos, mas também dimensões sociais e cognitivas, que

possibilitam ao indivíduo a participação da sociedade, eliminando limitações físicas do espaço e fortalecendo a participação das pessoas na sociedade (Tavares; Cardoso; Santos; Sampaio, 2016).

Os autores que concentram sua análise no nanismo destacam que existem diversos tipos, sendo o mais frequente a acondroplasia. Essa condição apresenta várias características como por exemplo estatura baixa, membros pequenos, tronco e membros desproporcionais, mãos pequenas e largas, cotovelos com movimentos limitados, cifose torácica na postura e lordose lombar (Tavares; Cardoso; Santos; Sampaio, 2016).

Essas particularidades corporais influenciam diretamente o modo como indivíduos com nanismo interagem com o ambiente, desse modo as medições de tarefas simples do dia a dia, são essenciais para os projetos de acessibilidade para que o usuário possa realizar esses afazeres sem dificuldade. Porém não há um modelo para indivíduos com nanismo.

Podemos concluir que pesquisas nessa área afirmam que elaborar um projeto que atenda a todas as limitações apresenta dificuldades, principalmente devido à falta de material disponível para pesquisa. Isso exige desenvolver estudos do zero, como analisar as tarefas do usuário e dimensionar os móveis dentro de seu alcance.

8 METODOLOGIA

O presente estudo se dedica a investigar a inclusão social e a acessibilidade enfrentadas por pessoas com nanismo. Adotamos uma metodologia primordialmente qualitativa, embora com o suporte de dados quantitativos. A nossa meta é, através das narrativas de vida, entender como esses indivíduos lidam com os desafios diários, tanto em locais públicos quanto particulares, e avaliar a eficácia da legislação em vigor no contexto social real.

A obtenção de dados será feita sobretudo por meio de entrevistas virtuais (questionário) e, se viável, também presenciais (entrevista). O intuito é criar um ambiente onde os participantes possam expor, de maneira rica e detalhada, suas impressões, vivências e obstáculos relativos à acessibilidade. As entrevistas

ocorrerão num cenário receptivo, assegurando a liberdade dos participantes e o resguardo de suas falas sempre que solicitado.

Na fase de análise, as narrativas serão avaliadas sob dois ângulos. A abordagem qualitativa focará em realçar aspectos subjetivos, como sentimentos em comum, modelos de experiência e desafios constantes. Por outro lado, a análise quantitativa possibilitará organizar as dificuldades mais mencionadas em grupos, convertendo-as em indicadores, a exemplo da frequência com que o transporte público é citado como inacessível, ou a falta de adaptações no trabalho.

Acredita-se que os resultados desta pesquisa irão expor a disparidade entre os direitos garantidos por lei e as situações reais vividas por essas pessoas, evidenciando as falhas das políticas públicas atuais e a persistência de barreiras físicas e sociais. Com isso, o estudo almeja aumentar a visibilidade das pessoas com nanismo e colaborar para a edificação de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e acessível a todos.

Conforme Klein e Grigolleti (2021), foram utilizados os seguintes métodos: entrevistas, com perguntas fechadas, e técnica de preferências por imagens. Em nossa metodologia, buscamos semelhantes formas de abordar nosso público alvo e refletir as opiniões a respeito da acessibilidade para pessoas com nanismo.

9 CRONOGRAMA

2026/1:

Atividade / Mês	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Revisão do Projeto	X					

Aperfeiçoamento do Questionário	X					
Contato com os possíveis entrevistados		X	X			
Aplicação das Entrevistas			X	X	X	
Escrita e Entrega do Relatório					X	X

2026/02:

Atividades / Mês	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Finalização das entrevistas	X				
Quantificação dos dados		X			
Análise das entrevistas		X	X		
Aprofundamento do arcabouço teórico			X		
Escrita do Relatório Final				X	X

REFERÊNCIAS

BRUNA, Maria Helena Varella. **Nanismo- Portal Drauzio Varella**, 2017. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/pediatria/nanismo/>. Acesso em: 11 out. 2025

FARIA, Andréa N. M.; MARIANI, Ruth; LIMA, Neuza R. W. Cartilha pedagógica para inclusão social de pessoas com nanismo. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 6, n. 18, outubro de 2020. p. 580-596. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2108/2505>. Acesso em: 3 nov. 2025.

KLEIN, Pâmela; DE CAMPOS GRIGOLETTI, Giane. A percepção de pessoas com deficiência e idosos sobre a acessibilidade: estudo no Parque João Goulart, RS. **PARC: Pesquisa em Arquitetura e Construção**, v. 12, n. 00, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8661766>. Acesso em: 12 out. 2025

LIMA, Michelle Pinto de. **Compreensão psicossocial da vida de trabalho para pessoas com nanismo: entre a estigmatização e o reconhecimento**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-18112019-182200/pt-br.php>. Acesso em: 24 out. 2025.

PARISI, Baby de Fatima Barbosa; MATOS E SILVA, César Henrique; OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; ARAÚJO, Rozana Rivas de. Acessibilidade e inclusão social da pessoa com nanismo: Da legislação à realidade. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, Brasil, v. 7, n. 1, p. 1-19, 2021. DOI: 10.18224/baru.v7i1.8595. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/e8595>. Acesso em: 5 out. 2025.

ROCHA, Gisele. **Censo 2022: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência, mas ausência de dados sobre nanismo persiste**. 2025. Disponível em: <https://inn.org.br/censo-2022-brasil-tem-144-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-mas-ausencia-de-dados-sobre-nanismo-persiste/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

TAVARES, Ademario Santos et al. Acessibilidade para pessoas com deficiência: algumas dificuldades em projetar para indivíduos com nanismo. **Anais do VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral**, v. 2, n. 7, p. 609-620, 2016. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/eneac2016/ACE07-4.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2025.

BRASIL . Pessoas com nanismo e seus direitos. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Pessoas com nanismo e seus direitos / Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021.** Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/PESSOASCOMNANISMOESEUSDIREITOS.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2025.

APÊNDICE A - Questionário

1- Em qual cidade você reside?

2- Na sua opinião a acessibilidade nos lugares públicos são adequados para você? E o que poderia ser feito para melhorar?

3- Quais são as principais dificuldades que você enfrenta em espaços públicos (como ruas, calçadas, transportes, escolas, hospitais, etc.)?

4- Já precisou da ajuda de outras pessoas para realizar atividades simples, como alcançar objetos ou usar transporte público? Conte a sua experiência.

5- Como é sua adaptação dentro de casa (móveis, utensílios, interruptores, etc.)?

6- Como você avalia a forma como a sociedade enxerga as pessoas com nanismo?

7- Você já deixou de sair para um determinado lugar pois achou que não era acessível e acolhedor para você? Como você se sentiu em relação a isso?

8- O que, na sua opinião, poderia ser feito para aumentar a conscientização e promover uma sociedade mais inclusiva?

9- Que mensagem você deixaria para outras pessoas com nanismo que enfrentam dificuldades semelhantes?